

WASHINGTON NOVAES

Os conflitos pela água

O noticiário dos últimos 15 dias esteve repleto de informações sobre conflitos pelo uso da água em muitos setores no País:

■ Em vários Estados – SP, RS, DF, PA, GO –, assim como em 22 países, ocorreram demonstrações de protesto de pessoas deslocadas ou ameaçadas pela construção de barragens;

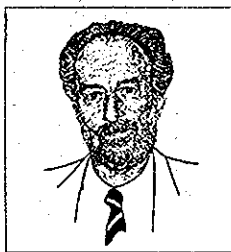
■ o governador da Bahia anunciou que vai à Justiça lutar contra a transposição das águas do Rio São Francisco;

■ a Justiça embargou o primeiro carregamento de soja numa estação de transbordo não licenciada que inauguraria o transporte na projetada Hidrovia Araguaia-Tocantins, também pendente de licenciamento (contestado por um estudo independente de especialistas);

■ intensificou-se o debate sobre as novas regras para o setor de saneamento, com vários técnicos preocupados: como se fará para garantir a universalização dos serviços, principalmente a implantação de redes de coleta e estações de tratamento nas áreas mais pobres, se o setor for privatizado?

■ irrigantes do Centro-Oeste entraram em conflito com distribuidoras de energia elétrica, por não se conformarem com novas regras ditadas pela Aneel e que vão encarecer as tarifas, se utilizarem pivôs centrais nos chamados veranicos (estragens no período habitual de chuvas);

■ a cidade de São Paulo vê-se mais uma vez sob a ameaça de racionamento – que só se definirá com clareza em abril –, enquanto continua a desperdiçar água, a ocupar áreas de proteção de manan-



No Brasil, estima-se que 1 milhão de pessoas tenham sido afetadas por barragens

ciais, a aumentar o consumo per capita;

■ também se desenha no horizonte a possibilidade de racionamento de energia elétrica, alegadamente em razão do baixo nível dos reservatórios no centro do País.

Não é possível comentar cada um desses itens no espaço de um artigo.

Vamos ficar, então, no primeiro deles – a questão das barragens –, já que tem relação com vários dos outros e coincide com a distribuição do oportuno relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), formada por especialistas de vários países, com apoio do Banco Mundial, da União Internacional pela Conservação (IUCN), da Food and Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas, e muitas outras.

Neste momento em que o Brasil tem mais de 40 barragens em construção e mais de 20 em processo de licitação – ao mesmo tempo que cogita de novas unidades na Amazônia –, convém ouvir as ponderações de uma comissão formada por especia-

listas de 42 países.

Depois de examinar mais de mil barragens no mundo, ela recomenda extrema prudência na área, por muitos motivos. Em um século, afetando 60% dos rios do mundo, se construíram mais de 45 mil barragens, mais de uma barragem por dia, consideradas apenas aquelas com mais de 15 metros de altura ou com capacidade de armazenar mais de 3 milhões de metros cúbicos de água. O investimento superou US\$ 2 trilhões. Mas foram desalojados entre 40 milhões e 80 milhões de pessoas e vão ser deslocados outros milhões (só uma barragem na China atingirá 2 milhões de pessoas).

Apesar desse custo financeiro e social, em grande parte dos empreendimentos – diz a CMB – não se atingiram os objetivos de produção anunciados; em quase todas os custos ultrapassaram muito as projeções; e os benefícios são muito menores que os esperados – sem falar em novos problemas que começam a ser detectados, como a alta emissão de poluentes da atmosfera (pela degradação de matéria orgânica nativa ou acumulada), o assoreamento dos reservatórios (e redução da capacidade de armazenamento), a perda de água pela evaporação.

Ao longo da segunda metade do século 20, o consumo de água no mundo dobrou, chegou a 3.800 quilômetros cúbicos (1 km³ = 1 bilhão de metros cúbicos) por ano. E as barragens respondem por 19% da energia gerada no mundo e 40% da irrigação. A previsão é de aumento dos conflitos entre irrigantes (67% da água consumida), indústria (19%) e abastecimento humano; uso urbano e uso rural; necessidades humanas e preservação do meio ambiente.

No Brasil, a estimativa da comissão é de que 1 milhão de pessoas tenham sido afetadas pelas barragens. Dezenas de milhões delas ainda aguardam soluções, como em Itaparica (13 mil) e Tucuruí (6.500).

É preciso ouvir as recomendações da comissão: consulta prévia às populações atingidas; descentralizar a geração de energia; dar preferência a pequenas unidades geradoras; prioridade para programas de conservação de energia; investir em energias alternativas.

Estamos atrasados em todos esses itens. E poder-se-ia acrescentar ainda a possibilidade de remanejar os horários de atividade consumidora, inclusive indústrias, para aproveitar períodos de sobra de energia (e conceder-lhes tarifas mais baixas); tarifas diferenciadas por horários também nas residências, de modo a estimular o consumo fora do horário de pico; programas de eficiência energética e substituição de equipamentos desperdiçadores; design e arquitetura adequados; programas de co-geração de energia; programas de conservação no setor público.

Fundamentalmente, é preciso – como acentua a comissão – lembrar que a opção não é nem pode ser apenas a construção de barragens. Precisa ser o uso adequado da água e da energia.

